



GARANTIAS PESSOAIS (*FIDEJUSSÓRIAS*)

GARANTIAS PESSOAIS | FIANÇA

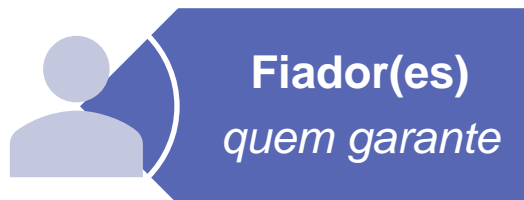
REGRAS



Por escrito

Não depende de
consentimento do
devedor (afiançado)

Depende de
autorização de
cônjuge (exceto
separação total de
bens)



Credor pode recusar
se não for

- pessoa idônea
- domiciliada no município
- possuir bens suficientes

Anulada se credor
conceder moratória
ao devedor sem
consultar fiador

Pode ser
parcial



Benefício de ordem:
fiador pode exigir
que o devedor seja
cobrado antes

Fiador pode
abdicar do
benefício de
ordem

Subsidiária

Contrato de garantia onde a instituição financeira é o fiador.

- ▶ bancos múltiplos
- ▶ bancos comerciais
- ▶ bancos de investimento
- ▶ bancos de desenvolvimento
- ▶ caixas econômicas
- ▶ sociedades de crédito, financiamento e investimento (Financeiras)
- ▶ sociedades de crédito imobiliário
- ▶ companhias hipotecárias
- ▶ cooperativas de crédito

Devem observar as regras do BCB sobre risco de crédito

*Por meio de
CARTA FIANÇA
(não incide IOF)*

GARANTIAS PESSOAIS | AVAL

REGRAS



Avalizado
devedor

Exclusivo para
títulos de
crédito

Simples
assinatura do
avalista

Não pode ser
parcial (regra)



Avalista(s)
quem garante

Pode ser parcial /
para títulos **típicos**
*letras de câmbio,
cheques ou notas
promissórias*

Responsabilidade
solidária

Direito de regresso:
se o avalista pagar,
pode cobrar o
avalizado



Beneficiário
(credor)

Autorização de
cônjuge necessária
para títulos típicos

Autorização de cônjuge
dispensada para outros
(mas não afeta os bens
dele ou dela)

GARANTIAS PESSOAIS | RESUMO

	FIANÇA	AVAL
Figuras	devedor/afiançado credor/beneficiário fiador(es)	devedor/avalizado credor/beneficiário avalista(s)
Consentimento do devedor	A lei dispensa	Não previsto em lei
Exigência formal	Precisa ser por escrito	Basta assinatura do avalista
Pode ser parcial?	Sim, se especificado no contrato.	Em regra, não pode. Em cheques, notas promissórias e letras de câmbio pode.
Tipo de responsabilidade	Subsidiária, com benefício de ordem	Solidária, com direito de regresso
Autorização do Cônjuge	Obrigatória. A ausência invalida a fiança.	Obrigatória p/ títulos inominados. Dispensável p/ títulos típicos, preservada a meação do patrimônio do cônjuge não anuente.



OBRIGADO



@PROFCELSONATALE



**PROFESSOR
CELSO NATALE**